

## **O USO DOS MECANISMOS COESIVOS NO DISCURSO DE DILMA ROUSSEFF**

*Deivide da Silva Fonseca*  
deivide.dvd@hotmail.com

### **1. Considerações iniciais**

Um texto não é um aglomerado de enunciados. Sua produção e compreensão derivam de uma competência específica do falante, a competência textual. Essa competência é a responsável imediata pela habilidade que os indivíduos possuem de distinguir um texto coerente de um amontoado desconexo de enunciados, de parafrasear um texto ou de sintetizá-lo, de produzir um determinado texto a partir de um tema ou, a partir de um título, criar uma variada gama de tipos de textos.

Os textos são veiculados dentro de discursos. Os discursos são, em linhas gerais, uma atividade comunicativa de um sujeito numa corrente de situação, abrangendo um conjunto de enunciados produzidos por um locutor e o evento de sua enunciação, isto é, qualquer trecho falado ou escrito que resulta um todo significativo autônomo de sua extensão. É um contínuo textual marcado por alguns fatores de textualidade como a contextualização, a coesão, a coerência, a intencionalidade, a aceitabilidade, a situacionalidade e a intertextualidade. Logo, texto é um conjunto de enunciados que atende às relações coesivas: textura.

Tradicionalmente, a coesão textual é vista como um conceito semântico que procura mencionar as relações de sentido que incidem no texto. Essa relação resulta dos elos que se estabelecem entre vários elementos linguísticos: o processo de referenciação (visto, nesta pesquisa, também como coesão referencial). Dentro da referenciação existem as retomadas de significados já expressos, as anáforas, recurso muito usado em discursos e textos para o resgate de significados anteriores. Sendo assim, o emprego correto dos conectivos, por exemplo, estaria atendendo

ao princípio da coesão textual; a relação de sentido entre as orações seria inferida do conectivo em uso.

O conceito de coesão supracitado está pautado no sistema de regras da língua. Apesar de a coesão ser vista como um efeito semântico, uma relação de sentido, esta será alcançada através do sistema léxico-gramatical, que permite a interligação dos elementos do texto através de um elo coesivo. O texto como um todo será, então, o resultado dessa rede de ligações com os elos coesivos. Esses elos são os elementos de costura do texto que imprimem a este a sua textura, configurando-o como uma superfície linguística com princípio, meio e fim.

## **2. O texto e o discurso**

O termo texto significa entrelaçamento, tecido; do latim *textum*, quer dizer contextura duma obra (CUNHA, 2010, p. 634). Embora essa definição tenha sido retirada de um dicionário, não se pode assegurar uma solidez conceitual do termo. O problema de definição da palavra texto (como conceito) é bastante comum nos estudos textuais. A palavra texto, apesar de uma definição corrente ligada ao ato de tecer – todo discurso fixado pela escritura –, não se remete propriamente à escrita. Então, quando se opõe um texto escrito ao discurso oral, além de ocultar a qualidade plurissemiótica do conceito texto, reduzir-se-á a possibilidade de distinção desse suporte ou meio comunicacional – o texto (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 466). Por exemplo, numa receita de bolo, numa propaganda em *outdoor*, numa bula, num artigo de jornal, num discurso político ou numa conversação não se encontram apenas signos verbais. Há, certamente, a possibilidade de esses serem construídos também por gestos, imagens, fotografias, desenho e entonações, ou seja, a informação / mensagem necessita de dadas materialidades para circular. Isso, por sua vez, desconstrói a condição exclusiva do texto como único tecedor de informações.

A definição conceitual do texto foi inicialmente gramatical e tipologizante (*idem*, p.467), por isso, foi largamente criticada. Devido à precariedade e insegurança de ter como ponto de partida uma unidade frase com o objetivo capaz de gerar alguma sequência bem-formada, conclui-se que texto é uma unidade muito complexa para ser fechada em tipologias, embora a noção de tipologia textual seja corrente e seja apoiada por linguistas, como Marcuschi e tantos outros.

Ainda diante da impossibilidade de conceituação, cientistas esbararam na proximidade que o texto tem com seu contexto, muito bem definido por Matoso Câmara (2007, p. 102) como “O conjunto de uma enunciação linguística posta em cotejo com os elementos que a compõem”, onde as completas significações das palavras somente se realizam em função do contexto. Ao observar essa estreita relação entre texto e contexto, é claro que novas tentativas de definição do texto surgiram; uma delas foi realizada por Halliday; Hasan (1979 *apud* CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p.467) e afirma que todo texto é como “uma unidade de uso da língua em situação de interação e como uma unidade semântica: ‘Um texto é mais bem pensado não como uma unidade gramatical, mas antes como uma unidade de tipo diferente: uma unidade semântica’”.

Essa leitura conceitual gera possibilidades mais amplas de investigações com maior completude aos assuntos textuais por enxergar o texto num todo diante do significado que possui ou que pode ser gerado quando contextualizado. Segundo Orlandi (2005, p. 91), texto “É uma unidade feita de som, letras, imagens sequenciais, com uma extensão dada”, conseqüentemente, o texto não pode ser deliberado ou definido por seu tamanho, ao passo que isso relativizaria a questão da frase como unidade de base da textualidade, pois todo texto deve possuir “um começo, meio e fim, tendo um autor que se representa em sua origem com sua unidade lhe propiciando coerência, não contradição, progressão e finalidade”, conforme afirma a autora.

O texto, definido como “uma sequência significativa (considerada coerente) de signos entre duas interrupções marcadas da comunicação” (WEINRICH, 1973 *apud* CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 467), é a representação conceitual pertinente e preferível para projetar a imagem do objeto texto que se busca neste artigo, uma vez que essa sequência, na maioria das vezes ordenada linearmente, possui a particularidade de construir uma totalidade de elementos diferenciados em graus de complexidade os quais estabelecem relações de interdependência uns em referência aos outros, logo, “A unidade que o texto tem é uma unidade de sentido em contexto, uma textura que expressa o fato que se relaciona como um todo com o ambiente no qual está inserido” (HALLIDAY; HASAN, 1976 *apud idem*, p. 467).

Em Koch (2002, p. 26), texto é concebido como “resultado parcial de nossa atividade comunicativa, que compreende processos, operações e estratégias que têm lugar na mente humana, e que são postos em ação em

situações concretas de interação social”, podendo ressaltar que todo texto tem uma completude estrutural e significativa, portanto, é uma unidade inacabada que deve ser abordada no seu processo de planejamento, verbalização e construção. Dessa maneira, admite-se afirmar que os textos são arquitetados a partir dos resultados da atividade verbal de indivíduos socialmente atuantes, na qual estes coordenam suas ações no intuito de alcançar um fim social, conforme as condições sob as quais a atividade verbal acontece. Deste modo, de acordo com Koch (KOCH, 2002, p. 27) o texto é idealizado como

manifestação verbal constituída de elementos linguísticos selecionados e ordenados pelos coenunciadores, durante a atividade verbal, de modo a permitir-lhes, na interação, não apenas a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também da interação (ou atuação) de acordo com as práticas socioculturais. [...] texto é qualquer expressão de um conjunto linguístico numa atividade de comunicação – no âmbito de um ‘jogo de atuação comunicativa – tematicamente orientado e preenchendo uma função comunicativa reconhecível.

Diante disso, a pressuposição do que seria um texto e de quais os prováveis efeitos que alguns textos possuem estariam corretamente vinculados a essa tese, já que as bases linguísticas facilitariam o estabelecimento de um sentido configuracional e a determinação de um propósito argumentativo. Em face de uma comprovada complexidade do conceito texto, cabe observar, não obstante, como o texto está paralelamente vinculado ao discurso. Estes são vistos como duas faces complementares de um objeto comum tomado pela linguística textual.

O termo discurso vem se tornando bastante corriqueiro nas ciências da linguagem. A atividade verbal, em geral, é a constante referência para a qual ele tem apontado, ou seja, o discurso define-se, neste caso, como cada evento da fala ou qualquer uso restrito da língua podendo, portanto, ser imaginado com uma natureza ambígua, designando tanto o sistema que permite produzir um conjunto de texto quanto o próprio conjunto de textos produzidos (MAINGUENEAU, 2004, p. 51).

A circulação do termo deve-se à modificação no modo de conceber a linguagem. Mas, o conceito que nos cabe sistematizar não é esse e, objetivamente, cabe salientar que o discurso apresentar-se-á como uma forma de ação, como algo orientado que supõe uma organização transfrástica (situada além da frase), como fase de um sistema interativo e contextualizado, rígido por normas e, certamente, assumido em um in-

terdiscurso<sup>1</sup>. O discurso é, referencialmente, um lugar fora do sujeito e fora da língua. É um espaço ideologicamente marcado e, por consequência, social e historicamente mudado e produzido sempre, em decorrência dos discursantes ingressarem nele para discursar, isto é, o indivíduo sempre será inscrito em um discurso para falar, comunicar algo ou ter voz.

Ao dizer que o discurso supõe uma organização transfrástica, referimo-nos à ideia de que ele mobiliza estruturas de outra ordem, diferentes das da frase (*idem*, p. 52). Isso não quer dizer, no entanto, que todo discurso será manifestado por sequências de palavras que são necessariamente de feição superior à frase.

Os discursos estão submetidos a regras de organização em vigor de determinada comunidade, isto é, as regras de organização recaem sobre o plano do texto, sobre a dimensão do enunciado, entre outros. Por exemplo, uma crônica não poderá ser recortada como uma dissertação, do mesmo modo, um manual de instruções não pode ser segmentado como uma carta. Cada plano textual terá sua especificidade discursiva. Portanto, de acordo com Charaudeau; Maingueneau (2008, p. 170), “discurso não é discurso a não ser que esteja relacionado a uma instância que, ao mesmo tempo, se põe como fonte das pontes de referência pessoais, temporais, espaciais, e indica qual atitude adota em relação àquilo que diz a seu interlocutor”.

O discurso remete a um dado sujeito, um agente (EU) que se põe como fonte das referências do ambiente discursivo. Simultaneamente indicará qual sua atitude em relação àquilo que se diz e em relação a seu coenunciador. Sua suposta aparência é de uma conjuntura de atributos que vão desde a produção e concepção das atividades verbais, abarcando as intencionalidades do locutor que, como sabemos, é o criador da ação verbal, e o ambiente de produção e veiculação.

Numa conversação na qual dois locutores coordenam suas enunciaçãoes percebendo imediatamente o efeito que as palavras têm sobre o outro, torna-se sobressalente a interatividade, atributo do discurso. Não se pode afirmar, entretanto, que todo discurso seja derivado das conversações. A atividade verbal concretiza determinada interatividade entre dois parceiros e as marcações dos enunciados encontram-se em dois pólos: de um lado um enunciador, do outro lado um coenunciador. A defi-

---

<sup>1</sup> O interdiscurso é o dizer já dito, o saber, a memória discursiva e o que permeia e determina a formação discursiva.

nição e conceituação do discurso discutida se engendram nas características e atributos que o objeto discurso possui tornando, assim, aparentes algumas regras que o regem. A linearidade e o desenvolvimento temporal atribuem ao discurso uma capacidade de ser orientado, pois, em suma, é concebido em função do propósito de um locutor e seu efeito remete automaticamente para uma finalidade. Supõe-se, então, que seja direcionado, orientado para um lugar ou que chegará a alguma parte destinatária ou a um receptor.

### **3. A coesão: definições e suas ocorrências no discurso político**

A palavra coesão designa o conjunto dos meios linguísticos que certificam as ligações intrafrasais e interfrasais, as quais permitem a um dado enunciado escrito e / ou oral aparecer como texto (HALLIDAY e HASAN, 1976 *apud* CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 98). A coesão é uma das principais instâncias formadoras do texto. Entretanto, podem existir, nos atos de comunicação, sequenciamentos coesivos de determinados fatos isolados que não têm condições de formarem um texto. Neste caso, a coesão não é condição nem suficiente nem necessária para formar um texto. Diante dessa contradição, a definição de coesão gira em torno de um dado conceito semântico que se refere às relações de sentido existentes no interior de um enunciado e que, deste modo, o definem como texto (HALLIDAY; HASAN, 1976 *apud* FÁVERO, 2009, p. 9). Pode-se afirmar ainda que, por frequentemente a interpretação de um elemento depender da interpretação de outro elemento, a noção de coesão precisa ser completada pela noção de registro, sendo assim, entendida como uma série de configurações semânticas associadas a classes específicas de contextos e de situações e que, por sua vez, definem a substância do texto. Isso acontece porque o sistema linguístico está organizado em três níveis de compreensão que correspondem a três formas de codificação das proposições: semântico; léxico-gramatical; fonológico-ortográfico. Os significados são codificados como formas e consecutivamente realizados como expressões. Compreende-se, por fim, que a coesão é obtida parcialmente através da gramática e parcialmente do léxico.

A coesão é manifestada no nível microtextual, refere-se aos modos de como os componentes do universo textual estão ligados entre si dentro de uma sequência. A noção de progressão textual é inseparável da coesão no âmbito da linguística textual, pois todo texto apresenta um e-

quilíbrio entre as informações pressupostas e as informações retomadas de frase em frase, sobre as quais novos enunciados se amparam.

A coesão referencial, por sua vez, é a designação de um grupo de elementos coesivos têm a função de estabelecer uma referência, ou seja, não são interpretados semanticamente por seu sentido próprio, mas estabelecem referência a algum(ns) elemento(s) necessário(s) a sua interpretação. A referência constitui um primeiro grau de abstração com relação à interpretação de significados e cada leitor relaciona um determinado signo a um objeto tal como ele o percebe dentro da cultura em que o leitor vive, daí, o item referencial, quando tomado isoladamente, é vazio e significa apenas que a informação deve ser procurada em outro lugar. A noção de elemento de referência é, neste sentido, bastante ampla, podendo ser representado por um nome, um sintagma, um fragmento de oração, uma oração ou um todo enunciado. A coesão referencial pode ser obtida por substituição e reiteração. A substituição ocorre quando um componente é retomado ou precedido por uma pró-forma<sup>1</sup>. A ideia de retomada ou remissão configura uma anáfora: qualquer referência a um termo já constante no contexto. Pode haver anáfora em vez de dêixis, no uso dos pronomes, quando, em vez de uma indicação no espaço, há uma referência ao contexto, deste modo, alguns demonstrativos, ao lado do seu emprego dêitico, tem outro, anafórico; como representação de figura de sintaxe, a anáfora é uma iteração<sup>2</sup>, que consiste na repetição de termos no início de cada membro sucessivo de frase; é um recurso estilístico para dar mais realce ao pensamento.

As substituições podem também acontecer por sucessão de elementos os quais se pretendem referir; a estas sucessões chamam-se catáforas. Elas sempre configuram uma referência antecipatória de um determinado termo que virá a seguir no discurso. Com relação aos pronomes pessoais, somente os de terceira pessoa podem ser considerados pró-formas (substitutos textuais). As pró-formas pronominais sempre se referem a elementos da estrutura superficial e nunca a dados não recuperáveis nessa estrutura. Também, não se pode estabelecer referência de substituição usando pró-formas pronominais diante de casos de entidades negadas.

---

<sup>1</sup> Elemento gramatical representante de uma categoria. As pró-formas podem ser pronominais, verbais, adverbiais, numerais e exercem função de pró-sintagma, pró-constituente ou pró-oração.

<sup>2</sup> Conceito usado por Matoso Câmara.

As pró-formas verbais são constituídas pelos verbos “fazer” e “ser”, onde o verbo “fazer” somente substitui verbos de ação. Sua substituição exige sempre a presença de uma pró-forma pronominal acompanhada de uma forma pronominal do tipo: o mesmo, o, isto, assim, entre outros. Inda, podem remeter a todo um predicado, ou seja, fazer referência a um verbo com seus complementos e seus adverbiais. As substituições também ocorrerem por elipse de dados já introduzidos no texto e podem ser representado por Ø.

A reiteração, outra subclasse da coesão referencial, consiste na repetição de expressões utilizadas dentro dos textos, onde os elementos repetidos possuem a mesma referência como base da significação. A repetição do mesmo item lexical, outra submodalidade, consiste na repetição do mesmo item lexical para marcar estilisticamente uma ênfase no termo da enunciação.

A sinonímia, pertencente à submodalidade sinônimos, é a propriedade de dois ou mais termos poderem ser empregados um pelo outro sem prejuízo do que se pretende comunicar. Os elementos coesivos deste caso mantêm dada equivalência de significado, muito embora não exista sinonímia verdadeira, já que todos os elementos léxicos<sup>1</sup> são diferenciados e, ainda, a língua não é um espelhamento simétrico do mundo. O importante dentro dessas coesões de reiteração por sinônimos é a identidade referencial, pois a sinonímia não é um problema puramente lexical, mas textual.

Aos hiperônimos e hipônimos, pertence o grupo de palavras que apresentam um significado mais abrangente; os hiperônimos mantêm relações de todo – parte, de classe – elemento com seus hipônimos. Já os hipônimos apresentam vocabulário mais específico. A relação de hiponímia é aquela que intercorre entre expressões com sentido mais específico permitindo maior precisão descritiva dos textos deixando-os menos vagos; os hipônimos mantêm relações de parte – todo, de elemento – classe com seus hiperônimos.

As expressões nominais definidas ocorrem quando existe uma retomada do mesmo fenômeno coesivo (reiteração) por formas diversas que, por sua vez, apontam a um único e mesmo referente. Esse tipo de reiteração é baseado no conhecimento de mundo, e não apenas em um

---

<sup>1</sup> Expressão usada por Fávero cujo significado é semelhante a vocabulário, grupo de palavra da nossa língua vernácula.

conhecimento linguístico, onde a continuidade superficial se mantém com o auxílio do funcionamento sociopragmático da língua.

A coesão de reiteração através de nomes genéricos funciona como itens de referência anafórica. São usados para essa composição coesiva nomes como coisa, gente, pessoa, negócio, lugar, ideia etc.

A coesão recorrencial constitui um meio de juntura da informação nova às velhas, ou seja, é uma maneira de articular as informações que o produtor textual (locutor / escritor) acredita não ser conhecida com as informações já conhecidas ou constantes no texto, seja por estarem fisicamente no texto e / ou contexto, seja porque foram mencionadas no discurso. Esse tipo de coesão acontece quando o fluxo informacional avança, caminha ou progride, mesmo havendo retomadas de estruturas, itens ou sentenças. Sua principal função é a progressão textual por levar adiante o texto ou discurso.

A recorrência dos termos possui a função de ênfase, intensificação e juntamente, fluência textual. O paralelismo realiza-se através da reutilização das mesmas estruturas, mas com diferentes conteúdos. A paráfrase trata-se da reformulação de um texto – fonte serve de base para criação de outros possíveis textos – derivados. Todas as paráfrases contribuem para a coesão do texto, pois atuam como articuladoras entre informações antigas e novas.

Segundo Charaudeau; Maingueneau (2008, p. 220), o *ethos* é um termo que assinala a imagem de si que o locutor constrói dentro do seu discurso para conseguir exercer uma influência sobre seu alocutário. Diante dessa descrição de um recurso bastante usado pelas autoridades políticas do nosso país, pode-se, nesta análise, atribuir alguns valores de observância ao *corpus* desta pesquisa.

A discursante inicia seu discurso com uma coesão referencial por reiteração que é uma repetição enfática de um vocativo anteriormente usado no feminino. Pode-se afirmar que esse seja um recurso usado para marcar um diálogo principalmente entre / com mulheres, isto é, entre a discursante e outras possíveis alocutárias, pois Dilma Rousseff vocaciona, em princípio, mulheres e depois os homens. Charaudeau (2008, p. 87) afirma que “No domínio político, a construção das imagens só tem razão de ser se for voltada para o público” o que assegura que os discursos com teor político “devem funcionar como suporte de identificação, via valores comuns desejados”. Nesse caso, pode-se subentender que a discursante começa seu discurso dirigindo-se a mulheres por ser uma representante

feminina chegando à concorrência do mais alto cargo político do Brasil: a presidência da república; outro fator especulativo motivador dessa estratégia, pode ter sido o fato de o Brasil possuir maior número de mulheres dentro do eleitorado brasileiro, mulheres essas que não tiveram representação de voto durante muitas décadas. 23

A rememoração da personagem Lula, o presidente do Brasil da época, é outra técnica de aproximação e tentativa de adesão a sua militância, pois “O *ethos* político deve, portanto, mergulhar nos seus imaginários populares mais amplamente partilhados,” pois, é uma meta conseguir adesão e atingir o maior número de espectadores, “em nome da espécie de contrato de reconhecimento implícito” (*idem*, p. 87). Então, um “discurso político como ato de comunicação concerne mais diretamente aos atores que participam de cena de comunicação política,” com o desafio de influenciar as opiniões obtendo adesões (*idem*, p. 40).

As constantes retomadas anafórica que remontam a imagem de Lula e sua exaltação, referindo-se a ele como grande mestre são uma das marcas anafóricas produzidas pela discursante. A candidata à presidência reitera seu discurso político ajustado ao olhar feminino, explana o recebimento humilde de sua missão ao usar mecanismos de reiteração e repetição lexical e ao empregar excessivos paralelismos para reiterar o recebimento de sua missão.

As constantes relações anafóricas que insistem na retomada à personagem Lula para o interior do discurso é uma tentativa de aceitabilidade por filiação, ao passo que as alianças políticas são a reprodução exata e direta dos os pactos partidários que anseiam a dominação. Dentro de ambientes subjetivos de guerras políticas, a questão da luta pela conquista de adeptos é uma necessidade essencial, desse modo, cabe afirmar que: “A política é um campo de batalha em que trava uma guerra simbólica para estabelecer relações de dominação ou pactos de convenção” (*idem*, p. 46).

Dilma Rousseff faz uma retrospectiva aos aspectos de relevância do suposto sucesso obtido pelo governo Lula. Seu discurso é dividido em seis caminhos os quais foram os possíveis responsáveis do êxito desse governo. O primeiro caminho foi o do crescimento com distribuição de renda e o segundo foi o do equilíbrio macroeconômico e da redução da vulnerabilidade externa pagando a dívida com FMI. A continuação desses seis caminhos é realizada através de anáforas muito bem estruturadas, onde é montado o terceiro caminho: redução das desigualdades regionais.

Cabe assumir a fala de Charaudeau (2008, p. 90) para tentar justificar o jogo de sedução da candidata ao dizer que

Um discurso pode assumir um efeito emocional num auditório conforme a maneira como se combinam três fatores: a natureza do universo da crença ao qual o discurso remete (vida/morte, acidente, catástrofe, massacre, amor, paixão etc.); a encenação discursiva que pode, ela própria, parecer dramática, trágica, humorística ou neutra;

Temos uma discursante que usa versos de Drummond e Mário Quintana para poetizar suas variadas tentativas de adesão e estratégias de persuasão com a escolha de poetas nascidos nos estados referidos. Em Drummond, Dilma tenta um efeito emocional ao usar em seu discurso palavras que tentassem descrever a força que recebeu de sua filha, ainda menina, após, há uma nova tentativa de um apelo emocional de adesão citando indivíduos que durante a Ditadura Militar desapareceram. Com isso, fica marcado um discurso bastante apelativo com suas marcas de densidade emocional na abertura do discurso no fechamento dele.

O quarto caminho aludido pela discursante, construídos por mecanismos anafóricos faz menção a reorganização do Estado e aborda como o Brasil se manteve diante da crise mundial; o quinto e o sexto que serão caminhos traçados pelo governo petista são a presença soberana no mundo e o aperfeiçoamento democrático. Este último caminho é usado como reiteração de todos os outros caminhos.

No momento em que se iniciam os comprometimentos da candidata ao cargo de presidente da República com a sociedade, é pertinente lembrar Foucault (1999, p. 35) quando diz que “É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘política’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos”. Isso significa dizer que a condição de verdade numa enunciação engajada precisa ser reiterada e constantemente para que não se perca o verdadeiro por decorrência da quebra dessas regras políticas.

A candidata à presidência diz que o Congresso, o qual também está participando e discursando, aprovou um programa de governo que será debatido com partidos aliados e com a sociedade. Esse é um aspecto relevante discutido por Charaudeau (2008, p. 83) e afirma que “O político procura reunir as elites em torno de um projeto de governo comum, para o qual convém estabelecer alianças com diferentes partidos e com diferentes setores dessas elites”. Esse aparato de união pode mudar conforme as características dos alocutários, pois “Em relação às massas, ele busca

obter a dominação legítima [...] com a ajuda de discursos que tentam suscitar uma paixão comum voltada para um homem ou para um projeto”.

O foco destinatário do discurso oscila bastante e tenta abarcar todo o tipo de interlocutor. Dentro do discurso, ao jovem, estão sujeitadas as possibilidades de benefícios de programas educacionais executados em institutos precários e com profissionais pessimamente remunerados, no entanto, esses dados são mascarados com o número extenso de pessoas beneficiadas por diversos programas de governo. Isso também é analisado nas possibilidades de manipulação de Charaudeau (2008, p. 47), pois

Efetivamente, se é verdade que o pensamento pode ter em si influencia, ocorre que ele pode igualmente ser mascarado por procedimentos de comunicação empática tais que, ao final dessas manipulações comunicativas mais ou menos voluntárias, se constroem com outras formas de pensamentos político.

Explicitamente, quando um político quer defender ou atacar, ele pode apoiar seu discurso sobre o valor das ideias, ao defender a legitimidade de uma causa moral (a solidariedade, por exemplo), sobre o valor do programa de governo e dos meios usados para atingi-lo (seja por pragmatismo e eficácia, seja por realismo) e, ainda, pode sustentar seu discurso sobre o valor dos homens e das mulheres que atuam como personagens da política, diante de suas competências, suas experiências ou seus saberes.

Esses referidos têm por objetivo perceber a opinião pública tentando saber se lhe é favorável, desfavorável ou neutra. Assim, segundo Charaudeau, (2008, p. 82) pode-se assegurar que

[...] as estratégias discursivas empregadas pelo político para atrair a simpatia do público dependem de vários fatores: de sua própria identidade social, da maneira como ele percebe a opinião pública e do caminho que ele faz para chegar até ela, da posição dos outros atores políticos, quer sejam parceiros ou adversários, enfim, do que ele julga necessário defender ou atacar: as pessoas, ideias ou ações.

As informações supracitadas são estratégias para orientações diversas vistas como operadoras basilares da argumentação política, de modo que podem ser praticadas por quaisquer atores do cenário político através de mecanismos coesivos bem estruturados num discurso. A recorrência de termos coesivos na primeira pessoa do plural traz uma concepção bastante subjetiva de que o operador do governo (neste caso, o Presidente) que a candidata discursante expõe, não será unívoco, mas coletivo. Isso pressupõe entender que uma pessoa não executará o poder do

cargo pretendido, mas a coletividade eleitoreira será representante dessas decisões, tendo em vista o uso do verbo analisado em questão.

Dilma Rousseff faz o encerramento do discurso salientando as benevolências de pertencer ao Partido dos Trabalhadores e exacerbando aos ouvintes do discurso que, em suma, estão ligados de alguma maneira ao PT, que militem pela causa que é proposta por este discurso: sua eleição ao cargo de presidente.

#### **4. Considerações finais**

A complexidade usual e a variabilidade dos mecanismos coesivos de um discurso de cunho político são inquestionavelmente extensas. O discurso político, como um lugar de um jogo de máscaras, controla as palavras pronunciadas nesse ambiente político onde cada palavra nunca deve ser compreendida ao pé da letra, numa transparência ingênua. Ela deve ser entendida concomitantemente pelo que ela diz e pelo que não diz.

As palavras servem para divulgar ideias e pensamentos, também serve para ocultá-los ou dissimulá-los. Aprender a decifrar essas intenções discursivas, sob uma perspectiva primária no campo da análise do discurso, é fundamental a um analista da linguagem. Saber observar atentamente onde se localizam os referidos significativos que os elementos coesivos apontaram, compreendendo quais informações significativas estão suprimidas ou referenciadas e, também, compreender que dados ligam-se a outros dados nessa rede interpretativa, formam as principais informações que este trabalho procurou demonstrar.

Os elementos coesivos são frequentemente responsáveis pelo norteamo significativo das enunciações, pois carregam as direções significativas dos textos, o que motivou uma abordagem investigativa e especulativa do discurso político realizado por Dilma Rousseff.

O estudo proposto aqui buscou analisar as possíveis cadeias interpretativas que são permitidas linguisticamente num texto e num discurso e, especialmente, em um discurso com teor político. A pesquisa perpassa por teorias da linguística textual e da análise do discurso, o que pressupõe poder haver outras diversas análises pautadas em observações e interpretações subjetivas do *corpus* aqui usado, não esgotando, portanto, a possibilidade de análises vindouras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMOSSY, Ruth. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008.
- BENTES, Anna Christina; MUSSALIM, Fernanda (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004. V. 2.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e a filosofia da linguagem*. 12. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- CAMARA JR, Joaquim Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa*. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2009.
- \_\_\_\_\_. MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica linguística*. São Paulo: Cultrix, 1997.
- FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e coerências textuais*. 11. ed. São Paulo: Ática, 2009.
- \_\_\_\_\_; KOCH, Ingedore G.V. *Linguística textual: introdução*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1997.
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. 24. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

\_\_\_\_\_. *O texto e a construção dos sentidos*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. *A coesão textual*. 21. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Cristina (Orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.

LYONS, John. *Linguagem e linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1997.

\_\_\_\_\_. *Análise de textos de comunicação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela P.; MACHADO, Anna R.; BEZERRA, Maria A. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

MAZIÈRE, Francine. *Análise do discurso: história e prática*. São Paulo: Parábola, 2007.

MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. (Orgs.) *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso – princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. *Discurso e texto*. 2. ed. São Paulo: Pontes, 2005.

<<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/documentos/integra-do-discurso-de-dilma-rousseff-no-congresso-do-pt/>> acessado em 10 de setembro de 2011.